

# Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe

## *Linguistic situation of Portuguese in São Tomé and Príncipe*

Ana Maria Santiago\*

*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Ana Livia Agostinho\*\*

*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

**Resumo:** Este trabalho discute a situação linguística do português em São Tomé e Príncipe, situado no Golfo da Guiné. São Tomé e Príncipe é um país multilíngue, onde línguas crioulas de base portuguesa convivem com variedades locais de português, compondo uma ecologia linguística de grande complexidade e fortemente marcada pelo contato linguístico de línguas tipologicamente diferentes. Apresentaremos as características sócio-históricas da situação de contato em São Tomé e Príncipe e discutiremos a situação linguística atual e o papel do português neste contexto. Discutiremos especificamente duas macro-variedades do país: o português de São Tomé e o português do Príncipe, abordando também as pesquisas realizadas sobre estas variedades.

**Palavras-chave:** português. São Tomé e Príncipe. Línguas crioulas. Português de São Tomé. Português do Príncipe.

**Abstract:** This paper aims at discussing the linguistic situation of Portuguese in São Tomé and Príncipe, a country located in the Gulf of Guinea. São Tomé and Príncipe is a multilingual country where Portuguese-based Creole languages coexist with local varieties of Portuguese, composing a linguistic ecology of great complexity and strongly marked by the linguistic contact of typologically different languages. We will present the socio-historical characteristics of the contact situation in São Tomé and Príncipe and discuss the current linguistic situation and the role of Portuguese in this context. We will discuss specifically two macro-varieties in the country: Portuguese from São Tomé and Portuguese from Príncipe, while also addressing the previous research on these varieties.

**Keywords:** Portuguese. São Tomé and Príncipe. Creole Languages. Portuguese of São Tomé. Portuguese of Príncipe.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos um panorama geral da situação linguística do português em São Tomé e Príncipe, país insular localizado na região do Golfo da Guiné, costa

---

\* Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (UFSC). E-mail: anaitacity@gmail.com. A autora agradece ao apoio financeiro do Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação (MEC) de 2016 a 2018.

\*\* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/UFSC. E-mail: a.agostinho@ufsc.br. Este trabalho foi parcialmente realizado durante pós-doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 200519/2019-0, a quem a autora agradece.

ocidental da África, composto pelas ilhas de São Tomé e do Príncipe. Trataremos aqui das duas macro-variedades do país: o português de São Tomé (PST) e o português do Príncipe (PP).

Em São Tomé e Príncipe (STP), são faladas quatro línguas crioulas de base portuguesa, sendo três autóctones (santome, lung'le e angolar) e o kabuverdianu, nativo da Alta Guiné, além do português, que é língua oficial desde 1975. O santome e o angolar são autóctones da Ilha de São Tomé e o lung'le é autóctone da Ilha do Príncipe. Estas três línguas têm estatuto de línguas nacionais em STP.

O arquipélago era um território desabitado até a chegada dos portugueses, que iniciaram o processo de colonização por volta do ano 1490 (HAGEMEIJER, 2009). Devido à sua localização estratégica para o tráfico escravagista, São Tomé tornou-se um entreposto atlântico desse mercado, o que resultou no contato de famílias linguísticas tipologicamente diferentes em um contexto bastante específico de confinamento e violência. Neste contexto, logo surgiu a urgência de alguma forma de comunicação entre as pessoas aprisionadas, já que não havia uma língua comum e o acesso ao português do colonizador era escasso. A partir dessa necessidade, surgiu um proto-crioulo que posteriormente ramificou-se nas quatro línguas crioulas autóctones e geneticamente relacionadas do Golfo da Guiné (AGOSTINHO, 2015; BANDEIRA, 2017).

O português, atualmente a única língua que detém *status* de oficial em São Tomé e Príncipe, convive ainda com três dessas línguas crioulas e autóctones: o forro ou santome, o lung'le e o angolar, consideradas línguas nacionais. A quarta língua, o fa d'Ambô, é falada em Ano-Bom e Bioko, na Guiné Equatorial.

Embora o português seja a língua materna de 98,2% dos habitantes do país (INE, 2012), é a norma europeia que aparece nas comunicações de estado e na mídia, além de ser ensinada e exigida no sistema de ensino escolar. Ou seja, embora a população tanto do Príncipe quanto de São Tomé fale diariamente a sua própria variedade de português, que inclusive difere uma da outra, vivem em uma sociedade que utiliza e legitima oficialmente apenas a variedade europeia.

Tanto em São Tomé quanto no Príncipe existem variedades próprias e singulares do português, que emergem do uso e do contato com as outras línguas locais. Essas variedades, no entanto, não têm sido alvo de muitas investigações científicas até então. Em se tratando de investigação científica sobre as variedades africanas do português, de acordo com Hagemeyer (2016), as variedades de português de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe são menos conhecidas e apresentam, de modo geral, produção acadêmica mais recente. Além disso, verifica-se um desequilíbrio em relação às áreas investigadas. Têm sido privilegiadas áreas como sintaxe e morfossintaxe, ao passo que as áreas da fonética e da fonologia das variedades africanas do português estão praticamente por desbravar (HAGEMEIJER, 2016).

Em consonância com isso, AGOSTINHO et al. (no prelo) afirmam que, até o momento, há poucos estudos sistemáticos a respeito do português de São Tomé e se sabe ainda menos sobre o português do Príncipe. “Desse modo, constata-se facilmente um fosso entre as múltiplas variedades de português em STP e o que de fato se sabe cientificamente a respeito delas.” (AGOSTINHO et al, no prelo). Em sua resenha do livro *The Handbooks of Linguistics*, editado por W. Leo Wetzels, João Costa e Sérgio

Menuzzi, Quarezemin et al. (2018) apontam que a obra constitui uma importante referência para pesquisadores interessados na língua portuguesa. No entanto, outras variedades que não a brasileira e europeia aparecem apenas no capítulo sobre contato linguístico, o que revela a falta de descrição e análise dessas variedades, além da pouca difusão dos trabalhos nessas áreas.

Este trabalho está dividido da seguinte maneira: a seção 2 traz uma conceitualização básica sobre contato linguístico; a seção 3 apresenta as características sócio-históricas da situação de contato em São Tomé e Príncipe; a seção 4 discute a situação linguística e o papel do português em São Tomé e Príncipe e a seção 5 descreve os trabalhos que existem sobre essas variedades. Finalmente, apresentamos as considerações finais e referências.

## 2 CONTATO LINGUÍSTICO

O estudo do fenômeno de línguas em contato como um campo independente na linguística pode ser considerado recente, mas está em pleno crescimento e tem ganhado seu próprio espaço em diversas discussões. Mesmo assim, ainda parece difícil delimitar o contato linguístico enquanto objeto de pesquisa, já que naturalmente pode envolver diversas outras áreas, dentro e fora da linguística.

De acordo com Thomason (2010), a mera justaposição de falantes de diferentes línguas ou de dois textos em diferentes línguas é trivial demais para ser considerada contato linguístico, já que, a menos que haja alguma forma de interação, não há troca de características linguísticas para nenhum dos lados. Apenas quando há alguma interação surge a possibilidade de uma explicação por contato para a variação sincrônica ou mudança diacrônica. Na definição mais simples, contato linguístico é o uso de mais de uma língua no mesmo lugar e ao mesmo tempo (THOMASON, 2010). No entanto, a autora aponta que reconhecer algumas situações óbvias de contato linguístico é fácil, mas defini-lo com precisão é uma tarefa mais difícil por vários motivos.

Thomason (2010) afirma que as línguas estão em contato desde o início da humanidade. Não há evidência de que alguma língua tenha se desenvolvido em total isolamento, mas também é natural que ocorra com mais intensidade em alguns lugares e momentos do que em outros. Thomason (2010) aponta que, ao longo de toda a história humana, a maior parte do contato linguístico tem ocorrido pessoalmente e a maioria das pessoas envolvidas tem um grau não trivial de fluência em ambas as línguas. No entanto, existem outras possibilidades, especialmente no mundo moderno, com a comunicação massiva e viagens a nível mundial.

O resultado mais comum do contato linguístico, ainda de acordo com Thomason (2001), é a mudança em algumas ou todas as línguas. Tipicamente, mas não sempre, pelo menos uma das línguas exercerá influência em pelo menos uma das outras. A influência mais comum é o empréstimo de palavras, mas todas as estruturas linguísticas estão sujeitas à transferência de uma língua para a outra, dada a mistura certa de influências linguísticas e sociais. Outros resultados comuns do contato linguístico são o desaparecimento de línguas ou morte linguística e a substituição completa de uma língua em detrimento de outra. Outro resultado possível é o surgimento de pidgins e línguas crioulas. Tendo isso

posto, “A conclusão é clara: contato linguístico é a norma, não a exceção” (THOMASON, 2001).

Uma língua crioula, por sua vez, de acordo com Muysken e Smith (1995), pode ser definida como uma língua que passou a existir a partir de um ponto no tempo que pode ser estabelecido de forma razoavelmente precisa. Para o autor, é bastante claro o fato de que as línguas crioulas surgem como resultado de violência linguística e, frequentemente, também de outros tipos de violência. Embora haja muitas controvérsias nos estudos criolísticos, os autores afirmam que, antes de classificar uma língua como crioula, é preciso conhecer algo sobre sua história linguística ou social, preferencialmente ambas.

A partir disso, é possível constatar que São Tomé e Príncipe, sendo um país multilíngue, está imerso em um contexto diário e sincrônico de contato linguístico, parte constituinte e constituída a partir dos aspectos socio-históricos e políticos de sua colonização.

Segundo Myers-Scotton (2002 apud AGOSTINHO, 2015) são necessários alguns ingredientes socio-históricos básicos para a formação de pidgins e crioulos: primeiramente, falantes de línguas ininteligíveis entre si devem ser colocados, lado a lado, num sistema plantation isolado. Com a necessidade de se comunicar, faz-se necessária uma língua franca, no entanto nenhuma das línguas dos escravos tem número de falantes suficiente para ser escolhida como tal, ou não há um grupo majoritário com prestígio suficiente para impor sua língua como franca. Dessa maneira, a outra opção seria a língua dos colonizadores, que contava com maior prestígio. Como os escravos não passavam muito tempo com os colonizadores, não tinham muitas oportunidades para adquirir a língua, ou seja, a transmissão era frequentemente irregular. Dessa forma, o objetivo era criar uma língua para ampliar a comunicação.

Em resumo, “esses ingredientes, somados ao ambiente ‘ilha’ e à violência do sistema escravista, onde havia pouca chance de movimentação dos indivíduos, e às imposições linguísticas e culturais do colonizador, bem como à multiplicidade linguística e criatividade dos falantes, tornaram STP um cenário perfeito para o surgimento de línguas crioulas” (AGOSTINHO, 2015).

### **3 CARACTERÍSTICAS SOCIO-HISTÓRICAS**

Hagemeyer (2009) afirma que a descoberta das ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom geralmente é atribuída aos anos de 1471 e 1472. São Tomé foi a primeira, sendo povoada em larga escala apenas em 1493. A partir dela, Príncipe e Ano Bom foram povoados por volta de 1500 e 1503, respectivamente. Em contraste com isso, Bandeira (2017) destaca que, no que concerne às chegadas dos portugueses às ilhas de São Tomé, Príncipe e Ano Bom, não há consenso em relação às datas, que variam entre 1470 e 1478 para São Tomé, 1479 para o Príncipe e 1507 para Ano Bom.

No entanto, de acordo com Seibert (2015), o arquipélago no Golfo da Guiné ganhou relevância geoestratégica apenas depois da construção do Forte de São Jorge da Mina, em 1482, e da chegada dos portugueses ao Congo, no ano seguinte. Dentre os objetivos da colonização, conforme o autor, estavam a produção de açúcar, a instalação de um entreposto de navegação para a Ásia, a difusão do cristianismo e o estabelecimento

de uma colônia de povoamento europeu. Uma primeira tentativa de povoamento de São Tomé, em 1486, não teria logrado êxito devido à insalubridade do clima e à falta de alimentos. Somente no ano de 1493, Álvaro de Caminha, o terceiro donatário de São Tomé, conseguiu realizar o povoamento efetivo e em larga escala da ilha. O grupo de colonos brancos levado para o local era formado por alguns voluntários, mas sobretudo por degredados e crianças judias separadas dos pais à força. Sobre isso, Brásio (1953 apud BANDEIRA, 2017) afirma que, de 2000 crianças, sobreviveram apenas cerca de 600, entre meninos e meninas, devido às questões de insalubridade nas embarcações e saúde após a chegada à ilha.

A deportação de degredados para São Tomé tornou-se uma medida frequente, já que devido à insalubridade e à longa distância poucos colonos mudavam-se voluntariamente para o arquipélago. Como resultado, o objetivo de estabelecer uma colônia de povoamento europeu falhou. Consequentemente, os brancos, em sua maioria degredados, sempre foram minoria em São Tomé e Príncipe, conforme Seibert (2015)

Ainda em conformidade com o mesmo autor, no início, a colonização apresentou muitas dificuldades devido à escassez de plantas e animais domésticos que alimentassem colonos e escravos. Por conta disso, houve vários episódios de fome até pelo menos 1499.

Conforme Hagemeyer (2009), Príncipe e Ano Bom foram povoadas a partir de São Tomé, nessa ordem. Também há registros de que alguns moradores e escravos se deslocaram para o Príncipe temporariamente devido à falta de alimentos. De qualquer forma, a doação efetiva da ilha ocorreu por volta de 1500 e o povoamento na mesma época, ou ligeiramente mais tarde. Já sobre a Ilha de Ano Bom, a qual foi doada em 1503, há poucas informações até a primeira metade do século XVI, exceto um documento que aponta para o ano de 1503 como provável data do início do povoamento.

Hagemeyer (2009) ainda explica que há duas fases iniciais pelas quais a ocupação de São Tomé pode ser dividida: a fase de habitação e a fase de plantação. A primeira delas pode ser caracterizada como um dos períodos de povoamento mais intensos, iniciado no ano de 1493. Geralmente, as pessoas chegavam nesse período por estarem a serviço da coroa portuguesa ou por causa do comércio com a região da Guiné. No entanto, a maioria era degredada, indivíduos que cometeram crimes graves em Portugal e eram mandados para povoar a ilha (BANDEIRA, 2017). Essa fase, de acordo com Hagemeyer (2009), caracterizava-se por um baixo número de povoadores, essencialmente homens brancos, que recorriam à mão de obra africana, em maioria numérica, para as tarefas rurais, domésticas e de obra, já que não havia ainda uma atividade econômica de maior envergadura acontecendo na ilha.

A mão de obra vinha de escravos africanos resgatados no vizinho reino do Benim. A importação de escravos do Congo e de Angola começou na primeira década de 1500 (SEIBERT, 2015). Sobre os escravos levados a São Tomé, o autor explica que se dividiam em dois grupos, os escravos de casa e de resgate. Enquanto os primeiros ficavam na ilha de forma permanente, os outros eram despachados como mercadoria para a feitoria da mina. A respeito do primeiro grupo, Hlibowicka-Weglarz (2011) afirma que a permanência desses escravos se devia aos serviços que eles prestavam diretamente para os colonizadores. Assim, esse grupo possuía mais contato com os povoadores e, por esse motivo, desempenhava papel-chave no processo de crioulização. Além disso, Hagemeyer

(1999) acrescenta que, como provavelmente havia uma porcentagem relativamente grande de mulheres entre os escravos do tipo doméstico, é muito sugestivo atribuir-lhes esse papel, ainda mais que a miscigenação foi sempre presente em São Tomé.

Em se tratando do segundo grupo, composto pelos escravos de resgate que foram sequestrados das zonas costeiras do litoral africano e tratados como mercadoria em diferentes negociações, a maioria deles foi utilizada como moeda de troca para a feitoria da mina, localizada na atual Gana, onde eram reexportados (HAGEMEIJER, 1999). Assim, sua permanência na ilha não deveria exceder 50 dias, mas devido a atrasos no embarque, era comum que lá ficassem por vários meses. Durante esse período, os plantadores os utilizavam como mão de obra temporária para suas fazendas e eles também participavam, de alguma forma, do processo de crioulização (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 2011).

Em conformidade com Bandeira (2017) e Hagemeijer (2009), através do contato entre falantes de português, em menor número, com falantes de diversas línguas de origem africana, em maior número, a fase de habitação foi propícia para a crioulização.

Hlibowicka-Weglarz (2011) afirma que, com o tempo, os portugueses perceberam como o tráfico de escravos era rentável e, a partir de 1500, começaram aos poucos a adquirir os direitos do tráfico, para em 1515 tornarem-se de intermediários a detentores dos direitos exclusivos. Isso significava que, a partir de então, todo o tráfico de escravos do Golfo da Guiné passava obrigatoriamente pelas ilhas, (HAJEMEIGER, 1999). A posição da ilha como entreposto de escravos foi ganhando terreno a partir de 1500 e cresceu rapidamente, até ter se tornado o que o autor chama de um grande entreposto atlântico, abastecendo não só o mercado de Lisboa, mas também sociedades coloniais emergentes nas Américas, a partir de 1530. Isso até perder sua importância como entreposto em meados do século XVII, devido à emergência de Luanda como principal mercado do tráfico transatlântico (SEIBERT, 2015). Depois de Cabo Verde, São Tomé foi o segundo território onde africanos e europeus conviveram permanentemente.

Diante da escassa migração europeia e da alta taxa de mortalidade dos brancos nos trópicos, a coroa promoveu uma prática nada comum. A união forçada de escravas africanas e colonos a fim de garantir a colonização nas ilhas. Em consonância com Bandeira (2017), desde o fim do século XV os condenados em São Tomé recebiam, cada um, sob decreto régio, uma mulher escravizada. Anos depois, em 1515, o rei Manoel concedeu liberdade a essas mulheres dadas aos colonos e os filhos advindos dessa união. Dois anos depois, um decreto real libertou também os escravos que vieram com os primeiros colonos (SEIBERT, 2015). Essas últimas medidas trouxeram, como consequência, a formação de um novo estrato social: um segmento que, outrora escravo, agora se torna livre e detentor de *status* (FERRAZ, 1979). Ao longo do tempo, a alforria resultante da vontade individual dos senhores foi responsável pelo crescimento do grupo dos escravos libertos, chamados de forros. Como o número de brancos nunca foi muito grande, não mais do que 500, forros e mestiços passaram a ser a maioria da população livre. Com o tempo, os mestiços ganharam o direito de assumir cargos. Nessa fase da formação da sociedade colonial, ainda conforme Seibert (2015), formou-se uma elite de mestiços, que rivalizava com os europeus residentes, ao mesmo tempo em que tentava impedir a ascensão dos forros.

A partir de 1515, inicia-se a fase de plantação com o cultivo da cana-de-açúcar. Foi o início de um tipo de produção agrícola em larga escala no modelo *plantation*, baseado em trabalho escravo, monocultura e exportação. Em meados do século XVI, São Tomé era o principal produtor mundial de açúcar. Mas, enquanto o tráfico de escravos continuou por mais um bom tempo, a produção de cana-de-açúcar entrou em declínio em 1580 (SEIBERT, 2015) sendo que no século XVII a produção de açúcar desapareceu em São Tomé. Assim, a escravidão doméstica tornou-se mais comum, com o fim das grandes fazendas. Foi diminuindo até acabar completamente em 1850 e, oficialmente, ser proibida em 1875. Conforme São Tomé foi perdendo importância econômica, a presença de brancos na ilha tornou-se insignificante, o que causou uma reafricanização da elite crioula, com a diluição da classe de mestiços na classe dos forros (SEIBERT, 2015).

A partir do fim do século XVIII e princípio do século XIX, tem início o segundo ciclo econômico ou ciclo do cacau e do café. Com ele, iniciou-se também a segunda colonização das ilhas (HAJEMEIGER, 2009; SEIBERT, 2015). Reacendeu-se, então, o interesse dos portugueses por São Tomé, com o reestabelecimento da economia de plantação, o que causou mudanças consideráveis na hierarquia política e social das ilhas. Ademais, o cenário era de crise trabalhista, com a abolição da escravatura e formalização jurídica da condição dos libertos.

No fim do século XIX, conforme Seibert (2015), o cacau ultrapassara o café em número de exportações, tornando-se uma monocultura. Mesmo com as sucessivas quedas que a produção sofreu ao longo dos anos, sempre representou mais de 90% das exportações agrícolas do arquipélago, até hoje. São Tomé chegou a ser o maior produtor mundial de cacau por um período, até a produção começar a cair em 1918, devido a diversos fatores, como a infestação de pragas nos cacauzeiros.

No início da expansão das roças de café e cacau, a mão de obra era escrava. Muitos desses escravos foram importados clandestinamente da região do Gabão, muitos vinham também de Angola, já que mesmo depois da proibição do tráfico negreiro era possível transferir um certo número de escravos de uma colônia para a outra. Conforme uma lei aprovada em 1875, a abolição da escravatura no império colonial português estava prevista para o próximo ano. Ao saber disso, os escravos em São Tomé deixaram as roças e manifestaram-se na cidade para que a escravatura chegasse ao fim imediatamente. Perante a revolta, o então governador Gregório Ribeiro (1873–1876) cedeu às demandas e aboliu a escravatura com efeito imediato (SEIBERT, 2015).

Os escravos recém-libertos recusaram-se a retornar às plantações em regime assalariado, o que causou uma crise braçal. Então, os portugueses logo os substituíram por trabalhadores contratados. Inicialmente, os roceiros recrutaram os serviçais também no Gabão, em Adra (Daomé), na Costa do Ouro e na Libéria, mas, depois de 1879, exclusivamente em Angola. O recrutamento de serviçais de Cabo Verde e de Moçambique começou apenas em 1903 e em 1908, respectivamente (SEIBERT, 2015). Neste contexto, grupos de falantes de kabuverdianu foram levados ao Príncipe devido à escassez de mão de obra local, relacionada a uma epidemia de doença do sono na ilha durante o início do século XX (MAURER, 2009).

Gonçalves e Hagemeyer (2015) destacam que, naturalmente, a chegada de tantas novas pessoas causou grande reviravolta social, tanto que os contratados já representavam

cerca de metade da população em 1870. Esse cenário também ocasionou o aumento da presença de portugueses no arquipélago. Seibert (2015) afirma que, do início do século XX até 1940, os contratados africanos ultrapassaram em número a população nativa. Esse número diminuiu com a queda na produção do cacau, mas o contrato dos serviços que duraria 5 anos, era muitas vezes prorrogado por tempo indeterminado, em condições análogas à escravidão.

#### **4 SITUAÇÃO LINGUÍSTICA E PAPEL DO PORTUGUÊS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

São Tomé e Príncipe é um país multilíngue, onde as línguas locais, juntamente com o português, compõem uma ecologia linguística de grande complexidade e fortemente marcada por profundas questões socio-históricas e de contato linguístico. Conforme Balduino (2018), “o arquipélago apresenta grande riqueza de recursos naturais, culturais, étnicos e, também, grande variedade linguística. STP é reconhecido por seu caráter multilíngue, onde diferentes línguas convivem e mantêm-se em contato” (BALDUINO, 2018). Devido ao contexto de colonização brevemente exposto acima, houve muitas situações peculiares de contato linguístico no arquipélago, gerando um ambiente propício para o surgimento de línguas crioulas. Em princípio, surgiu uma língua emergencial, do contato e da necessidade de comunicação de colonos e escravos que, expandida, deu origem ao Proto Crioulo do Golfo da Guiné (PCCG). A partir disso, surgiram quatro línguas autóctones e geneticamente relacionadas (AGOSTINHO, 2015), santome ou forro, lung’le, angolar e fa d’Ambô. Atualmente, as três primeiras são faladas em São Tomé e Príncipe, com estatuto de línguas nacionais, enquanto a última é falada nas ilhas de Ano Bom e Bioko, na Guiné Equatorial. Embora aparentadas, essas línguas são ininteligíveis entre si (AGOSTINHO, 2015).

De acordo com Gonçalves e Hagemeyer (2015), “a segunda colonização pode ser considerada o início de uma profunda alteração da situação linguística, em que o português começa a interromper o domínio das línguas crioulas e se consolida a L1 dominante.” As escassas referências sobre a situação linguística de São Tomé anteriores ao século XX mostram que, até o início da segunda colonização, o que predominava eram as línguas crioulas. Até porque, até então, o número de portugueses nas ilhas não era muito grande. Conforme os poucos registros disponíveis, a utilização do português parecia estar restrita a contextos de relação direta com o regime colonial, havendo poucos falantes de português como língua materna nesse momento. Além disso, a diversidade linguística já existente ampliou-se com a chegada de pessoas de diversos lugares a partir da segunda colonização, como já mencionado. Destacam-se as línguas do grupo Banto, como o Umbundo, e o crioulo de Cabo Verde. Naturalmente, os contratados também não sabiam o português, mas devido ao contexto em que estavam, acabavam por adotar essa língua como L2, em vez do forro. Desse contato, emergiu uma variedade chamada de português dos tongas.

Segundo Gonçalves e Hagemeyer (2015), “devido a todas as alterações que a independência desencadeou, hoje não restará muito do português dos tongas, mas o seu legado linguístico contribuiu para o que é hoje a variedade de português de São Tomé e

Príncipe”. Os autores ainda destacam que, mesmo que nessa época o acesso ao português fosse limitado para a maioria dos santomenses, não saber falar a língua era considerado ‘boçal’. Falar as línguas crioulas chegou a ser proibido durante o regime chamado de Estado Novo, por serem consideradas uma ameaça. A elite urbanizada que tinha acesso ao português, mesmo notadamente bilíngue, optava por se comunicar em português para promover uma maior integração no regime (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015).

Atualmente, conforme dados do último censo que trouxe as línguas faladas (INE, 2012), o português é a língua mais falada, seguido do santome, kabuverdianu, outras línguas, angolar e, como língua menos falada, o lung’Ie. O kabuverdianu é amplamente falado nos dias atuais na Ilha do Príncipe, devido à chegada de assalariados de Cabo Verde no início do século XX, por conta da epidemia de doença do sono que dizimou a população nativa do Príncipe, restando apenas 300 pessoas (GÜNTHER, 1973), fato que contribuiu para o declínio do número de falantes de lung’Ie (AGOSTINHO, 2015). Agostinho (2015) também afirma que há mais falantes nativos de kabuverdianu do que de lung’Ie na Ilha do Príncipe, havendo, inclusive, inúmeros falantes monolíngues. Sendo assim, o português do Príncipe é notadamente dividido entre português como L1, para a maioria dos principenses, e como L2 para aqueles que falam o kabuverdianu como L1 e aprendem o português na escola. A categoria outras línguas pode incluir o inglês e francês que, embora presentes no censo, contam com o *status* de línguas estrangeiras. São parte do currículo escolar, mas são empregadas em poucos momentos no cotidiano dos falantes (BALDUINO, 2018; SILVEIRA, 2013). Os dados dos censos serão retomados na próxima seção.

A respeito da realidade das línguas faladas no arquipélago, Agostinho (2015) verificou em trabalho de campo que o santome tem se tornado a língua crioula mais falada, mesmo pelos outros grupos minoritários, mas é cada vez menos aprendida como língua materna, papel desempenhado pelo português. O angolar é falado por cerca de 5 mil pessoas, majoritariamente no distrito de Caué. Em relação ao lung’Ie, por sua vez, a autora pôde constatar que é falado por apenas cerca de 200 pessoas, com nível de competência variado, geralmente com mais de 60 anos. Não há falantes monolíngues. Segundo Agostinho (2015), “é certo, todavia, apontar que o lung’Ie, como língua materna, possui uso muito restrito e está limitado à população da Ilha do Príncipe”.

A presença do português em São Tomé e Príncipe remonta ao final do século XV, período da descoberta e da primeira colonização das ilhas. De acordo com Hagemeijer (2009), em um primeiro momento, os escravos do primeiro povoamento eram provenientes da área do Delta do Níger, atual Nigéria, já que Portugal mantinha laços diplomáticos e comerciais com o Reino de Benin, onde se falavam línguas edóides. Em seguida, em razão da necessidade de mão de obra abundante para os engenhos de cana-de-açúcar, foram levados escravizados provenientes de Angola e do Congo, falantes de línguas bantu. Sendo assim, o contato desses grupos linguísticos tipologicamente diferentes com o português e a necessidade de comunicação faz surgir uma língua emergencial que deu origem ao Proto-Crioulo do Golfo da Guiné (PGG) (HAGEMEIJER, 1999, 2009; GONÇALVES, 2016; BANDEIRA, 2017).

Apesar de sua origem comum, estas línguas são independentes. Conforme Hagemeijer (2011 apud GONÇALVES, 2016), a despeito da evidente partilha lexical e

estrutural, sua inteligibilidade mútua hoje é limitada, devido tanto à separação no tempo e espaço, quanto às mudanças internas e externas que cada uma delas sofreu após se separar do tronco comum. Em relação a isso, Agostinho (2015) atesta que as quatro línguas, embora aparentadas, são atualmente ininteligíveis entre si.

É preciso lembrar que o contexto multilíngue em que São Tomé está imerso também é um cenário em que uma língua oficial, o português, convive com línguas minoritárias, as línguas autóctones das ilhas. De acordo com Balduino (2018), “A convivência dessas línguas cria um contexto social e ecolinguístico complexo, no qual questões como estandarização interferem de modo direto no emprego linguístico, ocasionando o aumento do português falado como L1 e a paulatina diminuição no processo de aquisição das demais línguas como maternas” (BALDUINO, 2018).

Em consonância com Trask (2011 apud BALDUINO, 2018), considera-se oficial a língua responsável pela documentação de questões burocráticas de um determinado país. Sua escolha, de forma generalizada, é feita pelo governo e decorre de diversos fatores relacionados ao prestígio, à estabilização da escrita e à unificação nacional que essa língua pode ou não proporcionar.

No caso de São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa é empregada em todas as comunicações de Estado, na educação e na mídia (ARAUJO; AGOSTINHO, 2010). Também, conforme Balduino (2018), representa a língua de *status* social elevado na comunidade santomense, desde o período colonial. Tal prestígio encontra suas bases não só em sua origem colonial europeia herdada, mas também em sua longa e estável tradição escrita (BALDUINO, 2018). Além disso, ainda atua como forma de comunicação mais neutra diante da diversidade linguística presente no país e sendo, portanto, elemento unificador em uma sociedade plural (ARAUJO; AGOSTINHO, 2010).

Língua minoritária, por sua vez, é toda língua falada como materna por um povo em um país cuja língua oficial ou nacional é outra (TRAKS, 2011 apud BALDUINO, 2018). É nessa categoria que se encaixam as outras línguas faladas em STP.

Ainda de acordo com a autora, só o fato de existir uma língua responsável por toda burocracia do país, amplamente usada e divulgada como língua comum, já exerce forte pressão sobre as demais línguas. Em STP, torna-se cada vez mais interessante aos falantes aprender o português, já que seu emprego se converte em melhores oportunidades de crescimento econômico e pessoal.

Todos esses fatores levaram a um crescimento notável do português ao longo dos anos, como pode ser constatado no Quadro 1, em seguida, retirado de Balduino (2018), confrontando o número de falantes de cada língua entre dados do censo de 1981 a 2012.

Quadro 1 – Distribuição por número de falantes por língua

Censo	Português	Santome	Lung'le	Angolar	Kabuverdianu	Outras
1981	60.519	54.387	1.533	-	-	8.180
1991	94.907	69.999	1.558	-	-	12.781
2001	136.085	99.621	3.302	-	-	17.612
2012	170.309	62.889	1.760	1.217	14.725	4.224

Fonte: Balduino (2018)

Antes de observar os dados da Figura 1, é preciso atentar-se a algumas questões importantes. A primeira delas é que o censo de 2012 é mais detalhado e traz o angolares e o kabuverdianu separadamente, enquanto os censos anteriores, ou seja, de 1981, 1991 e 2001, os consideram na categoria outras línguas. Embora os dados tragam um panorama geral da situação das línguas em STP, ainda não são ideais, como aponta Silveira (2013), haja vista que não apresentam uma diferenciação nos dados entre aquisição das línguas como língua materna ou segunda língua. Balduino (2018) ressalta ainda que, devido às questões associadas a prestígio social que podem ocorrer ao utilizar determinada língua em um contexto multilíngue, muitos falantes não se autodeclaram falantes das línguas autóctones, mesmo podendo empregá-las. Cabe dizer ainda que o último censo publicado (INE, 2019) não apresenta nenhum dado sobre as línguas faladas no arquipélago.

De forma geral, o português é a língua mais falada em São Tomé e Príncipe, com 170.309 falantes. É notável seu crescimento nos últimos 20 anos, intervalo em que o número de falantes praticamente dobrou. Bandeira (2017) salienta que, até o ano da independência, 1975, as línguas nacionais correspondiam à língua materna da maioria da população, o que mudou no período colonial, com a ascensão do português. A tendência para a nativização do português, de acordo com Gonçalves e Hagemeyer (2015), está relacionada com fatores como a escolha do português como língua oficial exclusiva, à massificação da escolarização em português e à mobilidade social, já que, de língua das elites, o português tornou-se a língua de todos os contextos sociais da maioria dos santomenses.

Assim, as línguas autóctones, de menor prestígio, têm seu número de falantes diminuído a cada geração e ainda são tímidas as políticas governamentais que privilegiem a valorização dos crioulos presentes no país. (SILVEIRA, 2013) Sobre isso, Gonçalves e Hagemeyer (2015) afirmam que a atual hegemonia do português nas ilhas é também promovida pela ausência de uma política linguística pró-línguas crioulas. Mesmo que a questão das línguas nacionais tenha surgido muitas vezes, não foram desenvolvidas estratégias concretas e duradouras. “Destá forma, a estigmatização dos crioulos, herdada do tempo colonial, não foi devidamente ultrapassada, impedindo, em definitivo, a construção de uma identidade crioula ligada às línguas crioulas” (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015). Ademais, Araujo (no prelo) destaca que, mesmo com a boa vontade de seus agentes políticos, o governo de São Tomé e Príncipe tem condições limitadas para implantar políticas linguísticas, já que essa se torna uma preocupação menor perante os outros problemas que o país enfrenta. Assim, “Por todas estas razões, São Tomé e Príncipe é hoje a ex-colónia portuguesa onde se regista o maior número de falantes nativos do português, o que significa também que todos os crioulos autóctones de São Tomé e Príncipe estão ameaçados” (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015).

Isso se confirma através da análise dos dados dos últimos censos mencionada acima (BALDUINO, 2018; SILVEIRA, 2013). Nos últimos anos, nota-se uma queda significativa no emprego das línguas autóctones em decorrência do aumento da aquisição da língua portuguesa como L1. Soma-se a isso a falta de transmissão intergeracional dessas línguas, isto é, no geral há uma resistência por parte dos adultos em oferecer as línguas autóctones como *input* às crianças, pois assumem que se assim o fazem, a aquisição da

língua portuguesa será atrapalhada (AGOSTINHO, 2015). Ainda de acordo com a autora, os locais da Ilha do Príncipe contam que seus pais e avós falavam em lung'le, mas as crianças sofriam abusos físicos e psicológicos caso não respondessem em português.

Em síntese, uma série de fatores sociais e políticos são responsáveis por um processo em que o português assume o lugar de primeira língua, enquanto as línguas crioulas autóctones deixam de ser transmitidas como línguas maternas e, conseqüentemente, de ser faladas.

Retomando mais uma vez os dados do último censo que tratou sobre as línguas faladas em STP, o português, em 2012, era falado por mais de 90% da população (INE, 2012) sendo, de longe, a língua mais falada no arquipélago. "Todavia, o *input* disponível para o português é originário de variedades interlinguísticas de português L2, fato que contribui para a formação de uma variedade distinta daquela considerada padrão" (SILVEIRA, 2013). Outrossim, como também apontam Silveira (2013) e Balduino (2018), a norma padrão de prestígio é o português europeu. Norma esta que, conforme Araujo e Agostinho (2010) é a que circula na imprensa, nas comunicações oficiais e cujo domínio é o objetivo do sistema escolar. "Entretanto, o português prestigioso que constitui a língua-alvo da população de STP, por conferir capital simbólico e *status* social, não corresponde às variedades faladas no país, mas é ainda o PE" (BALDUINO, 2018).

No entanto, como atesta Silveira (2013) em relação ao sistema de ensino em São Tomé, o aprendizado da variedade de prestígio nos distritos periféricos é precário, não só pela baixa qualidade do ensino, como também pela falta de uma especialização e preparo profissional. O autor explica que, na capital, localiza-se o Liceu Nacional, onde atua grande parte dos professores provenientes de Portugal. Essa também é a única escola oficial que oferece formação a nível de ensino médio. Enquanto isso, nas localidades mais distantes da capital, a maior parte dos professores designados para dar aula são os recém-formados no ensino médio, os quais não dominam a norma culta lusitana. Silveira (2013) afirma que os reflexos de um sistema de ensino em que professores buscam ensinar uma norma culta do português que não dominam e como as línguas crioulas e a língua portuguesa podem influenciar umas às outras ainda são pouco estudados.

Além disso, conforme destacam Agostinho et al. (no prelo), "Um ponto que colabora para o preconceito e a conseqüente segregação social do português são-tomense é a própria ausência de descrições dessa variedade, pois para o preconceito ser dirimido, é preciso que se conheçam minimamente os aspectos linguísticos e sociais que dirigem os juízos de valor dos falantes são-tomenses. Se não há tal conhecimento desses fatores condicionantes, dificilmente será possível combater efetivamente o preconceito já instaurado". Conforme Araujo (no prelo), "em que diz respeito aos professores de português, por exemplo, não é incomum encontrar no professorado santomense uma abordagem lusitanizante da língua, com forte apego às normas escolares do português europeu e negação da existência de uma norma local."

Ademais, de acordo com Agostinho et al. (no prelo) o fato de os livros didáticos distribuídos nas escolas seguirem a norma portuguesa europeia, ainda que estudantes e professores sejam falantes de outra norma, gera problemas incalculáveis para o ensino de português como língua materna no país. As autoras explicam que as diferenças estruturais entre as variedades santomense e europeia terminam por gerar uma falsa dicotomia entre

certo e errado. Assim, o correto e o incorreto são eleitos como únicos critérios para o tratamento da variação. “Por conseguinte, a variedade-padrão, prescritiva, é imposta como referencial exclusivo para todas as circunstâncias de interação. Tal imposição cria uma espécie de conflito entre a língua de fato ensinada na escola, a variedade-padrão europeia, e o dialeto social que o aprendiz domina, de acordo com sua origem sociocultural, o que colabora para a perpetuação do preconceito linguístico (CAMACHO, 2011, p. 44-46 apud AGOSTINHO et al. no prelo).

Em suma, a língua portuguesa é, inegavelmente, a língua mais falada e promovida no arquipélago, inclusive por meios oficiais. No entanto, a variedade eleita como alvo e carregada de prestígio social ainda é o português europeu, o que gera uma série de problemas, haja vista que é uma variedade distinta daquela corrente no cotidiano dos falantes. Tanto em São Tomé quanto no Príncipe emergem variedades próprias da língua portuguesa, a partir do uso e também do contato com as línguas locais. Alguns aspectos de ambas as variedades são explorados nos trabalhos apresentados na próxima seção.

## **5 PESQUISAS SOBRE O PORTUGUÊS FALADO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Têm-se realizado inúmeras pesquisas ao longo dos anos sobre português brasileiro e europeu, mas tantas outras variedades parecem não despertar o mesmo interesse, principalmente em se tratando de variedades africanas. Certamente, isso está ligado a uma série de questões sociais e políticas que atuam construindo e definindo as relações estabelecidas entre as línguas. O fato de haver poucos trabalhos fonético-fonológicos sobre essa variedade pode ser verificado facilmente conferindo o site organizado pela cátedra de português da universidade moçambicana Eduardo Mondlane<sup>1</sup>. Nele, são reunidas bibliografias das diversas variedades de português, sendo que a de São Tomé e Príncipe foi organizada pela pesquisadora Rita Gonçalves, da Universidade de Lisboa. No momento da escritura deste texto, 58 trabalhos estão cadastrados. Destes, nenhum trata especificamente do português do Príncipe. Poucos sequer o mencionam, focando no português de São Tomé. Mesmo o português sendo língua oficial, quase nenhum trabalho focaliza a variedade realmente utilizada por seus falantes. Também é possível constatar que ainda são poucos os trabalhos na área de fonética e fonologia, mesmo dentre os que tratam apenas do português de São Tomé.

### **5.1 PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ**

Em relação à variedade de português de São Tomé, Silveira (2013) investiga a realização do ditongo no português vernacular de São Tomé, por meio da sociolinguística variacionista. Busca verificar, mais especificamente, os ditongos orais realizados nessa variedade e a ocorrência de processos de monotongação, assim como os fatores linguísticos e extralinguísticos que possam influenciar esse fenômeno. O autor destaca a

---

<sup>1</sup> A bibliografia sobre o português de São Tomé e Príncipe está disponível no *site*: [https://catedraportugues.uem.mz/?\\_\\_target\\_\\_=lista-bibliografia-sao-tome](https://catedraportugues.uem.mz/?__target__=lista-bibliografia-sao-tome)

singularidade do português vernacular santomense em relação ao PB e PE. Conforme o autor, o quadro vocálico do PST é formado por 7 vogais em contexto de tônica [i, u, e, o, a, E, O]<sup>2</sup>, o que o afasta do PE e o aproxima do PB. No tocante à pretônica, Silveira (2013) afirma que, no PST, 5 vogais ocupam essa posição, sendo as mesmas que no PB [i, u, o, e, a]. No entanto, as vogais médias altas podem sofrer alçamento e serem realizadas como [i, u]. A respeito do alçamento vocálico nessa variedade, Silveira (2013) aponta que esse processo está ligado à faixa etária dos falantes, sendo os mais jovens os que mais o realizam, o que sugere uma mudança em curso. Dessa forma, o autor argumenta que o quadro da pretônica em PST tende a um conjunto de apenas 3 vogais [i, u, a]. Na postônica não final também ocorre o alçamento das vogais médias altas, de acordo com o autor. Assim, o PST apresenta 3 vogais nessa posição [i, u, a]. Em contexto de postônica final, a exemplo do PB e PE, apenas 3 vogais ocorrem, todas realizadas de forma reduzida [I, U, ɐ]. Em relação aos ditongos do PST, o autor, a partir da análise de um corpus com 3.017 palavras que possuem ditongos em sua forma subjacente, constata que houve monotongação em 49% dos dados.

Também a partir de uma perspectiva sociolinguista, Bouchard (2017) analisa a emergência da variedade santomense do português em relação às outras variedades, investigando os róticos e a expressão do pronome sujeito. A autora também busca entender os fenômenos linguísticos estudados através de um viés social e ideológico, promovendo discussões sobre a inter-relação entre etnicidade, hierarquias sociais, poder político e laços de parentesco na sociedade santomense, a fim de tentar entender as mudanças e escolhas linguísticas encontradas no arquipélago, especialmente o processo de passagem de português como segunda língua para português como língua materna. Os resultados apresentados por Bouchard (2017) mostram que o uso dos róticos em PST constitui uma característica inovadora, que distingue essa variedade de outras variedades do português, como o PB e o PE. A autora revela que alguns falantes produzem a consoante vibrante alveolar [r] em posições dentro da palavra que são impossíveis em PE ou PB. Soma-se a isso o surgimento da fricativa uvular vozeada [R\] como uma variante que claramente distingue duas gerações de falantes de PST, os com menos de 39 e os com mais de 40 anos, ou os nascidos antes ou depois da independência do país, um importante marco na história de STP e na identidade nacional. A autora sugere que o fato de os nascidos após a independência usarem com maior frequência essa variante está ligado à construção de uma identidade santomense, uma forma de distinguir o próprio português do europeu, utilizado pelos ex-colonizadores. Mesmo que entre os santomenses haja uma ideia pejorativa que cerca o uso da fricativa uvular vozeada [R\], o que envolve muitas questões de identidade nacional.

Ainda sobre róticos, Brandão et al. (2017) tratam de seu comportamento a partir da teoria da variação e mudança, discutindo as restrições sociais e estruturais que condicionam o uso das variantes de R em posição de *onset* e coda silábica. Os resultados apresentados pelos autores indicam haver diferenças entre a norma emergente do PST e

---

<sup>2</sup> Neste artigo, optamos por utilizar o X-SAMPA (Speech Assessment Methods Phonetic Alphabet) sempre que houver transcrição fonética, por ser um alfabeto fonético acessível a leitores de telam, mesmo que os originais apresentem transcrição em IPA.

a do PE, ensinada nas escolas. Enquanto no PE o tepe [4]<sup>3</sup> é o padrão em posição de *onset* em meio de palavra e coda em meio de palavra, no PST o tepe [4] é a variante mais produtiva em qualquer posição, incluindo *onset* em início de palavra e *onset* em meio de palavra. Sendo que nas últimas duas posições também foi encontrada ocorrência da vibrante alveolar [r]. Também foi encontrado o apagamento do segmento rótico em posição de coda em final de palavra para o PST (assim como ocorre em PB), enquanto em PE há a realização do tepe [4]. Ademais, os autores também apontam para a aparente inexistência de oposição fonológica entre ‘r forte’ e ‘r fraco’ em contexto intervocálico no PST.

Braga (2018) descreve e analisa aspectos prosódicos do português de São Tomé, especificamente o contorno entoacional das sentenças declarativas neutras, no que tange à associação de eventos tonais e à formação de domínios prosódicos. Para tanto, utiliza-se dos construtos teóricos da fonologia entoacional autossesguimental métrica e da fonologia prosódica. A partir da análise de dados de fala controlada e fala espontânea, a autora verifica que o PST apresenta muitas características entoacionais que o afastam da variedade de português falada em Lisboa (SEP) e que o aproximam das variedades do norte de Portugal (NEP) e do Alentejo (ALE), assim como do português falado no Brasil (SP, RJ, MG, BA, RS) e ainda mais do português de Guiné-Bissau (PGB), variedade também africana de português. Estas constatações vão ao encontro da hipótese inicial da autora, de que o PST é uma variedade distinta do PE *standard* do ponto de vista entoacional, mesmo que esta seja a variedade considerada de prestígio em São Tomé.

Ancorando-se na teoria da variação e mudança, Gomes (2018) observa o comportamento das vogais postônicas não finais no português de São Tomé, confrontando-o com o que se sabe sobre o PB e PE, além do forro. Ao mesmo tempo também investiga se, a partir disso, é possível propor um *continuum* afro-brasileiro no comportamento das postônicas mediais dessa variedade. Para tanto, foram analisados no total 487 dados, advindos de 12 inquéritos da localidade de São Tomé, obtidos junto ao projeto Variedades do Português (VAPOR) da Universidade de Lisboa. Foram postuladas variáveis tanto linguísticas quanto sociais para a análise. Como resultado, a autora aponta que o apagamento da vogal postônica não final é um processo produtivo no PST (34%), condicionado por fatores linguísticos e sociais, sendo eles natureza do seguimento precedente e classe morfológica do vocábulo, escolaridade e frequência de uso de um crioulo, respectivamente. No tocante ao comportamento das vogais médias postônicas não finais nessa variedade, Gomes (2018) afirma que os indícios apontam que, no conjunto de dados analisados, o português de São Tomé apresenta variação entre a vogal média e a alta no âmbito da série anterior, em favor da manutenção da vogal média e implementação da regra de alteamento na série posterior. Já com relação à ideia de um *continuum* afro-brasileiro para os processos, a autora considera que talvez não seja possível afirmar que o PST, em ambos, estaria se aproximando do PB ou PE. Além disso, em função da influência do forro, tende muito mais a aplicar processos de elisão de segmentos, em uma tentativa de regularizar os itens com mais de duas sílabas ao padrão dissilábico, diferentemente das duas outras variedades.

<sup>3</sup> Ver nota 2.

Ainda no âmbito dos estudos sobre o sistema vocálico do português de São Tomé, Nascimento (2018) descreve o vocalismo pretônico na variedade urbana do PST, buscando entender, através da teoria da variação e mudança, a interferência de aspectos como os processos de redução e harmonização vocálica, de fatores sociais e do forro, língua crioula mais falada na ilha, na aplicação da regra de elevação. Compara, então, a variedade atuante em São Tomé com os estudos sobre o PB e PE, na intenção de investigar se o objeto de estudo em questão faz parte de um *continuum* afro-brasileiro, afro-europeu ou ainda se representa um sistema único. O *corpus* é constituído de 11.179 ocorrências, retiradas dos inquiridos do projeto Variedades do Português (VAPOR) da Universidade de Lisboa, e conta com 17 falantes, residentes de São Tomé. Foram postuladas variantes sociais e estruturais. Como resultado, a autora aponta que, em linhas gerais, a investigação da aplicabilidade da regra de elevação de /e/ e de /o/ apresenta baixos índices, o que demonstra uma maior tendência à manutenção do timbre médio na fala de São Tomé. Mesmo constatando uma influência maior de motivações estruturais, a autora não desprezou o perfil social e o contato dos entrevistados com o crioulo majoritário. As quatro variáveis extralinguísticas foram consideradas influentes na elevação de /e/ e de /o/. Quanto menor o contato com o forro, maiores os percentuais de elevação, sugerindo alguma relação com o português. Os níveis de elevação também são mais frequentes quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos informantes. Sobre a possibilidade de um *continuum*, a autora considera que as evidências permitem inserir o PST em um *continuum* afro-brasileiro. Nesse *continuum*, o português europeu estaria em um extremo cujas normas são a elevação e a redução vocálica, ao passo que o português do Brasil estaria em outro, cuja manutenção é a preferência, em meio a casos de alteamento. O português de São Tomé, então, estaria entre eles, no entanto mais próximo da realidade brasileira.

Passos (2018) analisa o comportamento do ditongo /ei/ em contexto medial e final de palavra na variedade urbana do português de STP por meio da teoria da variação e mudança, e da sociolinguística variacionista. Especificamente, busca verificar se esse ditongo sofre monotongação, se realiza como [ej] ou apenas como [j], como ocorre no PE. Também investiga tanto se o fenômeno apresenta traços convergentes com o PB quanto se determinadas ocorrências se devem ou não à influência do forro. Para isso, analisa um corpus pertencente ao já citado projeto VAPOR, da Universidade de Lisboa, composto por entrevistas com 17 falantes. Conforme aponta a autora, os resultados das análises mostram que a monotongação é um processo produtivo e constitui uma regra variável na comunidade urbana do PST. As restrições que favorecem a aplicação dessa regra variam de acordo com a posição da sílaba no vocábulo. Em posição medial, é condicionada pelo contexto subsequente e nível de escolaridade, sendo que são os indivíduos menos escolarizados os que mais a implementam, principalmente nos casos em que o ditongo é seguido por fricativa palato alveolar ou por tepe. Já em contexto final, os dados demonstraram que os indivíduos que utilizam o forro com alta frequência são mais suscetíveis à monotongação. Em relação ao contexto medial, a autora também mostra que os resultados indicam haver convergências entre a variedade urbana do PST e o PB, mesmo que nesse último a monotongação não ocorra diante de [t]. No entanto,

verifica-se divergência no contexto final, já que a monotongação nessa posição é atípica no PB.

## 5.2 PORTUGUÊS DO PRÍNCIPE

Em relação aos poucos trabalhos que enfocam a variedade do português do Príncipe, podemos citar Santiago (2019) com o trabalho de conclusão do curso intitulado ‘As vogais do português do Príncipe’, defendido em dezembro de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Santiago et al. (no prelo) também discutem as vogais do PP em capítulo a ser publicado. Os resultados mostram que o sistema vocálico do português principense é composto por sete seguimentos vocálicos na posição tônica [i, u, e, E, o, O, a]. Em posição pretônica, esse sistema se reduz a cinco seguimentos, já que é cancelada a oposição entre vogais médias-altas e baixas nesse contexto [i, u, e, o, a]. Os mesmos segmentos compõem o sistema da postônica medial nessa variedade [i, u, e, o, a]. Em contexto de postônica final, por sua vez, o sistema reduz-se a apenas três seguimentos vocálicos, sendo eles [I, U, ɔ]<sup>4</sup>. Também são discutidas algumas ocorrências de variação vocálica no PP, que atestam o caráter singular desta variedade.

Dentre as comunicações orais em eventos sobre a variedade em questão, temos Santos et al. (2014) que apresentaram, no encontro do Grupo de Estudos em Línguas em Contato (GELIC), realizado na Universidade de São Paulo (USP), a comunicação oral intitulada “Concordância de número e de gênero: aproximações entre o português de Angola, português do Príncipe e o português Kaingang”. Nela, os autores objetivaram apresentar uma análise comparativa dos aspectos de número e de gênero nas três variedades do português citadas, o português falado em Angola (PLB), especificamente do município do Libolo, o português falado na Ilha do Príncipe (PP), São Tomé e Príncipe, e o português falado pelos índios Kaingang (PK), da região Sul do Brasil, estado do Rio Grande do Sul. A partir da análise dos dados, pretendiam propor as aproximações das três línguas, assim como os fatores que poderiam influenciar na realização, ou não, dessa concordância.

Agostinho (2016a, 2016b, 2017) discute os desvios ortográficos dos róticos no português da Ilha do Príncipe, dando luz a aspectos dos róticos na fonologia desta variedade. Agostinho (2016a, 2016b, 2017) argumenta que essa variedade possui um sistema fonológico diferente do PE e PB, o que se reflete no fato de, conforme Serra (inédito), a escolha de <r> ou <rr> feita pelos alunos do Príncipe ser aleatória. No entanto, a autora propõe que este fato está relacionado ao PP não fazer distinção entre ‘r forte’ e ‘r fraco’. A questão que se coloca é que essa variedade possui um sistema fonológico diferente da do português europeu e brasileiro, sendo, portanto, um caso de natureza fonológica, o que pode ser uma influência da língua crioula da região, que só possui um fonema rótico (AGOSTINHO, 2015). Agostinho, Mendes e Soares (em preparação) apresentam um estudo com dados de fala coletados de 12 falantes adultos de português do Príncipe com idade entre 18 e 80 anos. Foi apresentado aos informantes um conjunto de 11 pares mínimos que contrastam róticos em português brasileiro (caro x

<sup>4</sup> Ver nota 2.

carro, por exemplo), e solicitados que declarassem seu significado durante a gravação. Os autores também apresentam dados da produção escrita, coletados em uma escola do Príncipe com 145 crianças entre 10 a 12 anos, por meio de um ditado com 48 palavras com róticos intervocálicos (41 palavras com 9 pares mínimos) e 13 sentenças (com 7 pares mínimos) pronunciadas por um falante de português brasileiro. Os autores afirmam que os resultados demonstraram que os falantes de PP não diferenciam pares mínimos ‘r forte’ e ‘r fraco’ isoladamente nos dados de fala. Quanto aos dados escritos, os resultados mostraram 69% de erros de ortografia de <rr> e 19% de <r> para palavras. Nas frases, houve 70% de desvios ortográficos para <rr> e 30% para <r>. A média de desvios ortográficos nos róticos intervocálicos foi de 41%, sendo que a ortografia de <r> e <rr> intervocálicos é facilmente aprendida por crianças de 7 a 8 anos de idade (MONTEIRO, 2008). Os resultados demonstram, segundo os autores, que o português do Príncipe perdeu a distinção fonológica entre ‘r forte’ e ‘r fraco’, encontrada em português brasileiro e europeu. Ao mesmo tempo, os autores sugerem que este fato é resultado do contato linguístico com o lung’Ie, que possui apenas um fonema rótico.

### 5.3 TRABALHOS COMPARATIVOS ENTRE PST E PP

Por fim, dentre os raros trabalhos publicados que enfocam ambas as variedades, Balduino (2018) traz, em sua dissertação de mestrado, uma descrição e análise comparativa da nasalidade vocálica no português de São Tomé e no português do Príncipe, além de propor uma análise fonológica para a nasalidade tautossilábica e para a nasalização heterossilábica no PST e no PP. Além disso, também analisa esses fenômenos contrastivamente em relação às línguas locais das ilhas, santome e lung’Ie, e posteriormente aos estudos de português brasileiro e europeu, levando em conta a situação de contato linguístico envolvida. Para isso, utilizou-se de um *corpus* composto por 1684 *tokens* de 822 itens lexicais para cada uma das variedades estudadas. Os dados foram obtidos em trabalho de campo, com 5 informantes para o PP e 7 para o PST. Os métodos utilizados na pesquisa são advindos da fonologia de laboratório e foram utilizadas análises acústicas e perceptuais. Como resultado, a autora verificou que, tanto em PST quanto em PP, não há nasalidade vocálica fonológica, mas sim nasalidade vocálica fonética, em decorrência de um espriamento de traços e, portanto, o inventário vocálico fonológico do português de São Tomé e Príncipe é composto apenas por seguimentos orais. Balduino (2018) ainda aponta que esse resultado aproxima o português de São Tomé e Príncipe das variedades do PB e PE, nas quais a nasalidade tautossilábica é interpretada, majoritariamente, como não fonológica. Todavia, a autora também identificou algumas questões interessantes relacionadas à duração vocálica, que mostram algumas diferenças entre as variedades. Já em relação à nasalização heterossilábica, analisada a partir de 22 itens lexicais e 5 informantes para o PP e PST, a autora constatou que esse processo de nasalização em tônicas é opcional, enquanto a nasalização heterossilábica em átonas não foi identificada, o que aproxima as variedades em questão do PE. Em relação à opcionalidade da nasalização heterossilábica em vogal tônica, a autora pontua a influência das línguas locais, santome e lung’Ie, já que esse fenômeno também ocorre nessas línguas, enquanto não ocorre no PB e PE. Esta influência poderia ser, conforme a autora, além

de uma mudança induzida por contato linguístico, um indício de um provável resquício da aquisição do PST e PP a partir de um português L2.

A partir dos pressupostos da fonologia prosódica, as autoras Balduino et al. (2017) realizam uma discussão sobre os fenômenos de sândi vocálico, observando processos de elisão e degeminação no português de São Tomé e Príncipe, e posteriormente comparando os resultados com a ocorrência desses processos no PB. O *corpus* foi composto de 62 dados, retirados de 4 entrevistas naturalísticas realizadas com falantes de português de São Tomé e Príncipe, sendo duas mulheres e dois homens. A análise foi auditiva, em um primeiro momento, e depois acústica. Como resultado, as autoras apresentam que ambos os processos são produtivos no português de São Tomé e Príncipe. O contexto vocálico de aplicação é variado e verificaram-se algumas peculiaridades dessa variedade do português, como a ocorrência de elisão em contextos que são propícios à ditongação no PB.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Tomé e Príncipe é um país insular banhado pelo oceano Atlântico, localizado no Golfo da Guiné, região ocidental da África. O arquipélago é formado pelas grandes ilhas de São Tomé e do Príncipe, além de outras ilhotas. Conforme os registros, o território era inabitado antes da chegada dos portugueses, por volta do ano de 1470.

O processo de colonização das ilhas pode ser dividido em período de habitação e de plantação, este último composto de duas fases distintas: fase da cana-de-açúcar e fase do cacau e do café. Ao longo desses períodos, São Tomé, devido à sua localização estratégica para o tráfico de escravos, tornou-se um entreposto atlântico de escravizados, o que fez com que diversas pessoas, falantes de diversas línguas, passassem pelo menos um tempo juntas nas ilhas, em um contexto de confinamento e violência bastante específico.

O fato de escravizados terem sido sequestrados de diversas partes do continente africano e obrigados a conviver, gerou situações bastante peculiares de contato linguístico. A urgência da necessidade de comunicação deu origem a um pidgin emergencial, que evoluiu até tornar-se o proto-crioulo do Golfo da Guiné. Este último, então, ramificou-se em 4 línguas crioulas, autóctones e geneticamente relacionadas, que, ao longo dos anos, foram paulatinamente substituídas pelo português que, de língua do colonizador, passou a ser a língua materna da maioria da população. Atualmente, o português é a única língua que detém o *status* de oficial em São Tomé e Príncipe, enquanto as línguas crioulas autóctones são consideradas línguas nacionais e, aos poucos, têm deixado de ser faladas e aprendidas como L1 e passam a ocupar o papel de L2. A língua portuguesa, assim, é utilizada em todas as comunicações de estado, na imprensa, e dominá-la é o objetivo do sistema escolar (ARAUJO; AGOSTINHO, 2010). No entanto, o alvo dos falantes segue sendo a variedade europeia do português, considerada de prestígio.

Mesmo assim, emergem do uso e do contato linguístico variedades próprias, tanto de São Tomé quanto do Príncipe, de forma natural. Há poucos trabalhos publicados sobre o português de São Tomé e, ainda menos, sobre o português do Príncipe, sobretudo na área da fonética e fonologia, mas também na linguística em geral.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Ana Lúvia. *Fonologia e método pedagógico do lung'Ie*. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGOSTINHO, Ana Lúvia. *A grafia dos róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe*. Comunicação apresentada no *II Encontro de Linguística Formal: a trajetória do Núcleo de Estudos Gramaticais*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 19-20 de maio, 2016.

AGOSTINHO, Ana Lúvia. *Róticos em contexto intervocálico no Português da Ilha do Príncipe: fonologia e educação*. Comunicação apresentada no IX Encontro da ABECS. Brasília, Universidade de Brasília, 28-30 de novembro, 2016. Disponível em: <<https://encontroabecs.wordpress.com/cad-de-resumos/>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

AGOSTINHO, Ana Lúvia. *A grafia dos róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe*. Comunicação apresentada na V Jornada do VARSUL. Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 06-08 de abril, 2017.

AGOSTINHO, Ana Lúvia; BANDEIRA, Manuele; FREITAS, Shirley. *Línguas crioulas e lusofonia em São Tomé e Príncipe*. No prelo.

AGOSTINHO, Ana Lúvia; MENDES, Maiara; SOARES, Eduardo. *Merging of quasi-phonemes in contact situations: evidence from rhotics in Principense Portuguese*. Em preparação.

ARAUJO, Gabriel Antunes; AGOSTINHO, Ana Lúvia. *Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe*. *Língua e Instrumentos Linguísticos* 26: 49-81. 2010.

ARAUJO, Gabriel. *Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?* No prelo.

BALDUINO, Amanda Macedo. *A nasalidade no português de STP*. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BALDUINO, Amanda Macedo; BANDEIRA, Manuele.; FREITAS, Shirley. Os processos de elisão e degeminação no português de São Tomé e Príncipe. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 19, n. 1, p. 163-197, 1 dez. 2017.

BANDEIRA, Manuele. *Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné*. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BOUCHARD, Marie-Eve. 2017. *Linguistic Variation and change in the Portuguese of São Tomé*. Tese de Doutorado. New York University, 2017.

BRAGA, Gabriela. *Prosódia do português de São Tomé: o contorno entoacional das sentenças declarativas neutras*. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; PESSANHA, Davi Bretas dos Santos; PONTES, Stefany de Paulo; CORREA, Monique Oliveira. Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 27, p. 293-315, 2017.

CATEDRA de português língua segunda e estrangeira. *Biografias*. Disponível em: <[https://catedraportugues.uem.mz/?\\_\\_target\\_\\_=lista-bibliografia-sao-tome](https://catedraportugues.uem.mz/?__target__=lista-bibliografia-sao-tome)> Acesso em: 24 de set. de 2019.

FERRAZ, Luiz Ivens. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press. 1979.

GOMES, Danielle Kely. *Vogais no contexto postônico medial no Português de São Tomé*. In: Sílvia Figueiredo Brandão. (Org.). *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, p. 159-176, 2018.

GONÇALVES, Rita. *Construções ditransitivas no português de São Tomé*. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

GONÇALVES, Rita; HAGEMEIJER, Tjerk. *O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe*. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, v.1, n.1, p. 84-103, 2015.

GÜNTHER, Wilfried. *Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe*. Marburg an der Lahn: Im Selbstverlag, 1973.

HAGEMEIJER, Tjerk. *O português em contacto em África*. In: A. M. Martins & E. Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*, 43-67. Berlim: Mouton de Gruyter. 2016.

HAGEMEIJER, Tjerk. *As ilhas de Babel: A criouliização no Golfo da Guiné*. *Revista Camões*, v. 6, p. 74-88, 1999.

HAGEMEIJER, Tjerk. “*As línguas de São Tomé e Príncipe*”. Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola, v.1, n.1, p. 1-27, 2009.

HLIBOWICKA-WEGLARZ, Barbara. *A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné*. Romanica Cracoviensia, v. 11, p. 177 - 185. 2011. Disponível em: <<http://www.ejournals.eu/pliki/art/1538/>> Acesso em: 20 de set. de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. INE: *São Tomé e Príncipe em números*. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. INE: *São Tomé e Príncipe em números*. 2012. Disponível em: <<http://www.ine.st/docs/2012/Censos/2012/index.html>>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

MAURER, Philippe. *Lung'le*. Londres: Battlebridge Publications. 2009.

MUYSKEN, P.; ARENDS, J.; SMITH, N. (Ed.). *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

NASCIMENTO, Fabiane de Mello Vianna da Rocha Teixeira Rodrigues do. *Vogais em contexto postônico medial no português de São Tomé*. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, p. 119-158, 2018.

SEIBERT, Gerhard. *Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social*. Anuário Antropológico 40(2): 99-120.

PASSOS, Rafaela. *O ditongo /ei/ na fala de São Tomé*. In: Sílvia Figueiredo Brandão. (Org.). *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, p. 177-200, 2018.

SAMPA - Computer readable phonetic alphabet. Disponível em: <<https://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/index>> Acesso em: 10 de jan. de 2020.

SANTIAGO, Ana Maria. *As vogais do português do Príncipe*. Trabalho de conclusão de curso defendido na Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SANTIAGO, Ana Maria; BALDUINO, Amanda; AGOSTINHO, Ana Lúvia; SOARES, Eduardo Correa. *As Vogais no Português do Príncipe*. No prelo.

SANTOS, Eduardo Ferreira; AGOSTINHO, Ana Lúvia; SILVA, Moana. 2013. *Concordância de número e de gênero: aproximações entre o português de Angola, português do*

Príncipe e o português Kaingang. Apresentação no IV Seminário Internacional do GELIC. Universidade de São Paulo. Disponível em:

<[http://gelic.fflch.usp.br/sites/gelic.fflch.usp.br/files/upload/paginas/prog\\_4gelic.pdf#overlay-context=ivgelic](http://gelic.fflch.usp.br/sites/gelic.fflch.usp.br/files/upload/paginas/prog_4gelic.pdf#overlay-context=ivgelic)>. Acesso em: 1 jun. 2019.

SILVEIRA, Alfredo Christofolletti. *Ditongos no Português de São Tomé*. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

THOMASON, Sarah. *Contact Explanations in Linguistics*. In: HICKEY, Raymond. *The Handbook of Language Contact*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 31-48, 2010

THOMASON, Sarah. G. *Language Contact*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

**Recebido em: 11/10/2019**

**Aprovado em: 07/12/2019**

**Publicado em: 30/04/2020**